

Congresso julga amanhã Faria pelo escândalo do IPC

Arquivo — 2/4/86

Maria Luiza Jacobson

BRASÍLIA — Mais alguns lances importantes, no *affair* entre o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) e o Congresso Nacional deverão vir a público amanhã. É que a administração de Faria à frente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) será julgada em três ocasiões: pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, pela Mesa Diretora do Senado e pelo plenário da Câmara. Amanhã vence também o prazo dado ao IPC pela juíza da 4ª Vara Federal, Selene Maria de Almeida, para contestar as contas da administração de Faria, que ingressou na Justiça com uma ação declaratória.

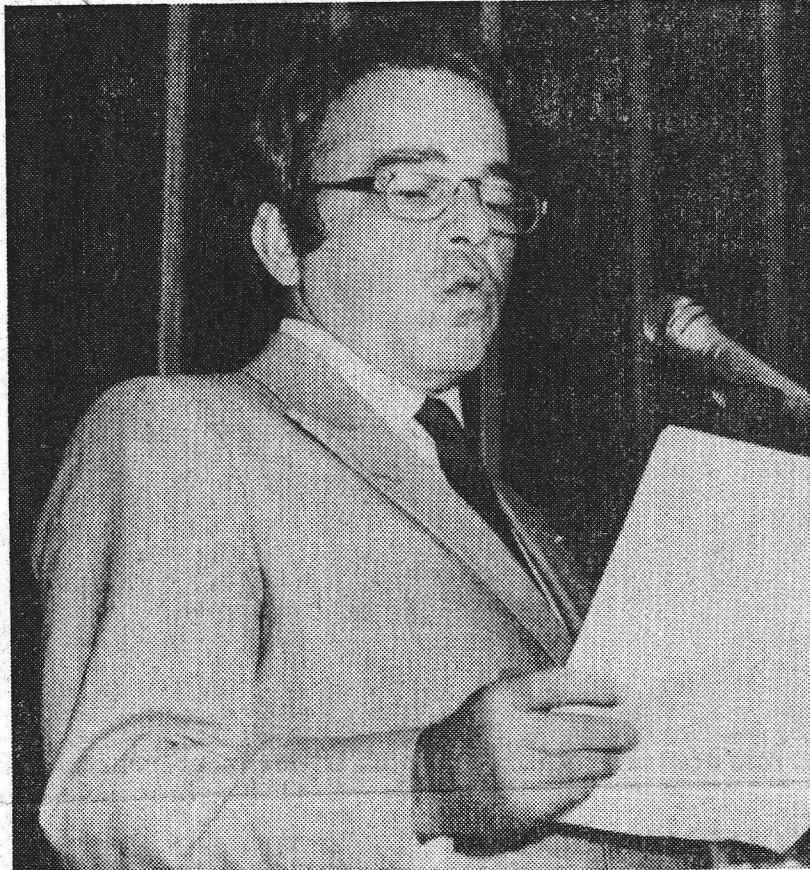
“Ele quer inverter a situação”, adverte o atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), responsável pela auditoria que examinou as contas de seu antecessor. “Se a Justiça lhe der ganho de causa, ele vai usar isso como peça de defesa, para evitar a cassação de seu mandato.”

No momento em que o Congresso prepara as baterias para enfrentar o Judiciário, indignado com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reintegrar o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP), cujo mandato havia sido cassado pela Câmara por excesso de faltas, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que solicitou à Executiva Nacional do PMDB a expulsão de Gustavo de Faria do partido, ataca: “O que atrapalha o Brasil é a Justiça: destrói qualquer coisa boa que a gente quer fazer.”

Crescimento — Gustavo de Faria diz ter certeza de que a Câmara votará a seu favor, afirmando que o IPC cresceu 26% em sua gestão. Não explica se o IPC poderia ter crescido muito mais, sem a intermediação dos agentes financeiros que o fizeram comprar, por Cz\$ 4,4 bilhões, debêntures que haviam sido vendidas por Cz\$ 1,1 bilhão poucas horas antes, por exemplo. Mas Gasparian não tem dúvida da cassação do mandato de Faria e de sua expulsão do partido.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP), que colheu mais de 400 assinaturas — quando necessitava de apenas 186 — para a formação de uma comissão especial de inquérito destinada a examinar as aplicações financeiras de Gustavo de Faria no IPC, defende a cassação do mandato do deputado: “Não vejo como ele possa escapar. Ele não tem defesa, está cada vez mais atolado. O plenário tem que cassá-lo, ou não vamos ter cara para sair à rua e encarar o povo.”

A Comissão de Justiça votará nesta terça-feira, às 10h, o parecer do relator, deputado Plínio Martins (PMDB-MS). Faria já adiantou que usará os 20 minutos a que tem direito para se defender. O parecer da comissão será submetido ao plenário, que decidirá em votação, nesse dia, se aceita ou não a representação da Mesa Diretora da Câmara que pediu a cassação do mandato de Faria.



Gustavo de Faria pode ser cassado e expulso do PMDB

Independente do parecer da comissão, o plenário poderá votar pela admissibilidade ou pelo arquivamento do processo. Admitida a possibilidade de Faria ter cometido alguma irregularidade, será criada uma comissão especial, integrada por nove deputados, aos quais Faria apresentará sua defesa. O parecer dessa comissão será também submetido ao plenário, que decidirá, então, se Faria perderá ou não o mandato.

Prazo — O prazo estipulado pelo Regimento Interno para a apresentação da defesa é de 15 sessões plenárias. O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), comprometeu-se, ao receber o relatório do IPC, a realizar até três sessões por dia, para que o plenário possa chegar à decisão final ainda este mês, antes do recesso parlamentar de julho. “Em hipótese nenhuma mandaremos arquivar o processo, sem ter conhecimento dele. É preciso saber até onde ele (Gustavo de Faria) foi, e até onde está implicado. Se arquivarmos, vamos sair desmoralizados”, afirma a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Já se manifestaram favoráveis, pelo menos à admissibilidade do processo, para que as denúncias contra o deputado carioca possam ser examinadas, os deputados José Genoíno (PT-SP), Fernando Santana (PCB-BA), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Nelson Jobim (PMDB-RS). Os deputados Artur da Távola (PSDB-RJ) e Francisco Pinto (PMDB-BA), cassados durante o regime militar, mostram-se cuidadosos.

“Pelo que ouço dizer, voto a favor. Mas vou ler o processo primeiro”, diz Francisco Pinto. Artur da Távola, que ficou privado de seus direitos políticos durante 18 anos, defende uma apuração rigorosa e a tra-

mitação correta. “Por um ato formalmente errado da Mesa, o STF derrubou uma decisão da Câmara, o que não aconteceria se o ato fosse formalmente correto”, adverte, referindo-se à concessão da liminar para a reintegração de Felipe Cheidde.

Além de Fernando Gasparian e Tutu Quadros, os deputados Amaral Netto (PDS-RJ), Amaury Muller (PDS-RS), Bete Mendes (PMDB-SP) e Rita Camata (PMDB-ES) são favoráveis à cassação imediata do mandato de Gustavo de Faria. “Esse deputado feriu não só o decoro parlamentar, como fez um ato ilícito contra a contribuição de todos os parlamentares. O dinheiro do IPC não vem da União, vem do salário dos deputados”, diz Bete Mendes.

Cautela — Inconformado também com a decisão do STF em relação ao deputado Felipe Cheidde, que “deu a ele um mandato que ele jamais quis exercer”, Amaury Muller, membro do atual Conselho Deliberativo do IPC, conta que, no decorrer da auditoria, não ouviu uma palavra em defesa de Gustavo de Faria. “Todos demonstravam preocupação, pedindo mais rapidez na apuração das irregularidades, e defendiam a cassação. Acho que desta vez o espírito de corporação não vai funcionar como espírito de porco. A cassação é irreversível”, prevê.

Mais cautelosos, Antônio Brito (PMDB-RS), Ibsen Pinheiro (líder do PMDB na Câmara), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Israel Pinheiro (PMDB-MG), Delfim Netto (presidente do PDS) e José Lourenço (líder do PFL) não estão contra nem a favor, muito pelo contrário. José Lourenço traduz assim sua opinião: “Depois disso que está aí (o tumulto provocado pela chegada de Felipe Cheidde ao plenário), não sei de mais nada. Acho que agora quem sabe tudo é o Supremo.”